

DIREITO ADMINISTRATIVO II

Licenciatura em Solicitadoria

Licenciatura em Solicitadoria (Pós-Laboral)

Código: 16810

Área Científica Predominante: Ciências Jurídico-Administrativas e Fiscais

Docente: Carlos Filipe Pina Marques Carvalho

Idioma de Instrução: Português

Regime: S1

Carga Letiva: 60h Carga Trabalho: 108h

ECTS: 6,0

Objetivos

O objectivo geral desta unidade curricular é habilitar os alunos com conhecimentos e competências nas matérias de Direito Administrativo. Os objectivos específicos dirigem-se a complementar o papel de outras unidades curriculares introdutórias aos ciclos de estudos jurídicos, ao mesmo tempo que facultar aos alunos de competências e conhecimentos que possam vir a ser úteis no desempenho profissional das matérias leccionadas neste ciclo de estudos.

Resultados da Aprendizagem

No final do semestre os alunos deverão ser capazes de:

1. Identificar e perceber os Princípios Gerais da Actividade Administrativa;
2. Definir e aplicar o conceito e aplicabilidade de discricionabilidade administrativa;
3. Caracterizar correctamente o procedimento administrativo previsto no Código do Procedimento Administrativo;
4. Identificar as formas de actividade administrativa: regulamento, ato e contrato administrativos;
5. Identificar as garantias administrativas;
6. Caracterizar a Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado (Administração Pública).

Conteúdos Programáticos

A – Evolução histórica da Administração Pública

1. Noção de Administração Pública (características e sentidos)2. Evolução histórica

B – Princípios Constitucionais sobre o Poder Administrativo

- 1.Princípio da prossecução do interesse público

2.Princípio da legalidade

3.Princípio do respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos particulares

4.Poder discricionário da Administração e margem de decisão da Administração

5.Princípio da justiça

6.Princípio da igualdade

7.Princípio da proporcionalidade

8.Princípio da boa fé

9.Princípio da imparcialidade

C – O Exercício do Poder Administrativo – Modalidades

1.Princípios fundamentais do procedimento administrativo;

2.Regime do Procedimento: Comum, do Regulamento e do Acto.

3.Da actividade Administrativa:

a)O acto administrativo (elementos do acto: validade, eficácia, execução, extinção, revogação e vícios)

b)O regulamento administrativo

c)O contrato administrativo (no âmbito do novo Código dos Contratos Públicos)

D – A Responsabilidade Civil do Estado (da Administração Pública)

1.Principais aspetos e alcance Constitucional;

2.A responsabilidade por atos de gestão privada;

3.A responsabilidade extracontratual por atos de gestão pública;

4.Responsabilidade objetiva;

E – As Garantias dos Particulares

1.As Garantias Administrativas;

2.As Garantias Contenciosas (breve abordagem);

3.As Garantias Políticas (breve abordagem);

Bibliografia Recomendada

- DIOGO FREITAS DO AMARAL, Curso de Direito Administrativo, Vol. II, 4ª Edição - Reimpressão 2020, 2018, Almedina;
- PEDRO COSTA GONÇALVES, Manual de Direito Administrativo, Vol. I, 2019, Almedina;
- JOSÉ EDUARDO F. DIAS/FERNANDA PAULA OLIVEIRA, Noções Fundamentais de Direito Administrativo, Almedina, 5ª Edição- Reimpressão 2019, Coimbra, 2019.
- JOSÉ CARLOS VIEIRA DE ANDRADE, Lições de Direito Administrativo, Imprensa da Universidade de Coimbra, 5ª Edição, 2018.
- MÁRIO AROSO DE ALMEIDA, Teoria Geral do Direito Administrativo, 10ª Edição -, Almedina,2022;
- PEDRO COSTAGONÇALVES, Direito dos Contratos Públicos, 5ª Edição, Almedina, 2021;
- ALMEIDA, FRANCISCO DE M. L. FERREIRA DE, Direito Administrativo, Almedina 2018;

Métodos de Ensino e de Aprendizagem

Os conteúdos programáticos da uc são definidos para garantir que os alunos que, no final da uc, cumpram os objectivos propostos obtenham aproveitamento. Neste termos:

1. para que alunos possam identificar correctamente a discricionariiedade administrativa;
2. para que os alunos saibam caracterizar as formas de atividade administrativa: o regulamento, o ato e o contrato administrativos.
3. para que os alunos possam caracterizar a responsabilidade civil extracontratual do Estado (Administração Pública).

Métodos de Avaliação

A metodologia de avaliação será efectuada com a realização de dois testes, sendo o 1º com um ponderação para a avaliação de 50%, sendo que apenas poderá realizar o 2º teste quem obtiver nota igual ou superior a 8 valores (causa de exclusão) e um 2º teste com uma ponderação de 50%., com nota mínima de 8 valores.

A data das avaliações será comunicada pela Direção do Curso.